

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR NIREMBERG ANTÔNIO RODRIGUES ARAÚJO,  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO, ESTADO DE  
GOIÁS.**

**Contrarrrazões em,**

**Processo Administrativo Licitatório: nº 2025011325**

**Modalidade: Pregão Eletrônico 90036/2025**

**Objeto:** Registro de Preços para FUTURA e EVENTUAL contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo instalação, desinstalação, remanejamento e fornecimento de peças de reposição e produtos/materiais, em aparelhos de ar condicionado (climatização e refrigeração), em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde

**Recorrente:** PHB Comércio e Importação e Prestação de Serviços LTDA (CNPJ nº 07.999.525/0001-21)

**MS COMÉRCIO, SERVIÇO E REFRIGERAÇÃO LTDA,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.179.596/0001-22, com sede à Rua Laerte Margon Vaz, nº 55, Lote 04, Loteamento Jardim Florença, Catalão – GO, por intermédio de sua Sócia Administradora, a Senhora Janaína Muchenski, devidamente inscrita no CPF sob o nº 028.769.101-28, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados *in fine* assinados, com endereço profissional na Rua Frederico Campos, 140, Centro, Catalão, Estado de Goiás, (mandato em anexo), apresentar

## **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Protocolizado pela Empresa **PHB COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA (CNPJ Nº 07.999.525/0001-21)**, no Processo licitatório registrado acima em epígrafe.

## **I- BREVE SINOPSE FÁTICA**

Inicialmente, Excelência, é importante ressaltar que, no dia 24/09/2025, foi realizada, por meio eletrônico, Sessão Pública do processo licitatório em epígrafe.

Diversas empresas participaram do processo licitatório em questão. Na disputa, a Recorrente foi provisoriamente classificada como vencedora. Após a análise de sua documentação, ela foi inabilitada. Ato contínuo, a Recorrida foi convocada para a apresentação de documentação.

A Comissão declarou a Recorrida como habilitada, abrindo o prazo para apresentação de recursos.

Inconformada, a Recorrente interpôs o recurso aqui vergastado, alegando que a sua inabilitação foi indevida, devendo ser habilitada, haja vista ter, supostamente, atendido a todas as exigências editalícias.

## **II- DA TEMPESTIVIDADE**

O prazo para a apresentação de contrarrazões foi iniciado em 10/10/2025, com término previsto para 14/10/2025.

Portanto a presente peça, além de própria, é tempestiva, merecendo ser conhecida, nos termos da Lei.

### **III- DO MÉRITO DAS CONTRARRAZÕES**

Excelência, Recurso aqui vergastado, pode ser dividido em dois tópicos:

1. Da Qualificação Técnico-Operacional (item 16.8.3 do TR);
2. Da Qualificação Técnico-Profissional (item 16.8.5 do TR).

Em razão da multiplicidade de temas tratados, por questões didático-metodológicas, pede-se vênica para impugnar o recurso em tópicos apartados.

#### **3.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL (ITEM 16.8.3 DO TR)**

A Recorrente alega que a sua inabilitação foi indevida, haja vista ter apresentado atestados de capacidade técnico-operacional que, supostamente, atenderiam as exigências editalícias, pois se trata de serviços de complexidade equivalente ou superior.

Em que pese a Recorrente tenha carreado aos autos atestados de capacidade técnica, comprovando que ela já prestou serviços de manutenção de ar-condicionado, os atestados técnicos juntados são insuficientes no tocante ao quantitativo.

Os serviços constantes nos atestados, no quesito quantitativo, são insuficientes para atender todas as exigências do Termo de Referência, em especial nos serviços de instalação e desinstalação.

A Recorrente apresenta um atestado contendo apenas 20 unidades instaladas, enquanto o edital exige a instalação de 360 (trezentos e sessenta) unidades e a desinstalação de 330 (trezentos e trinta) unidades.

Quanto aos demais itens, manutenção corretiva e preventiva, constante nos atestados, insta salientar que os seus quantitativos são suficientes (Ela Atesta), porém, não atesta para instalação e/ou desinstalação.

Ou seja, os quantitativos apresentados nos atestados da Recorrente são incompatíveis com os quantitativos solicitados no certame.

Nesse sentido, resta claro que, de fato, a Recorrente não conseguiu comprovar a sua **capacidade técnico-operacional**, não cumprindo com todas as exigências do item 16.8.3 do Termo de Referência, devendo a sua inabilitação ser mantida.

### **3.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL (ITEM 16.8.5 DO TR)**

A Recorrente alega que atendeu o item 16.8.5 do Termo de Referência, ao indicar o senhor Márcio Pereira Júnior, Técnico em Mecânica, como responsável técnico da empresa.

Como comprovante da capacidade técnica do profissional, a Recorrente junta 03 (três) Termos de Responsabilidade Técnicas (TRT), em nome do profissional.

Excelência, é mister salientar que a Recorrente, de maneira clara, aponta que, caso se sagre vencedora, designará o senhor Márcio Pereira Junior como responsável técnico-profissional do serviço licitado. Vejamos:

#### v. COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO FORMAL COM RESPONSÁVEL TÉCNICO

A empresa PHB demonstrou possuir vínculo formal e regular com responsável técnico devidamente habilitado através dos seguintes documentos:

Certidão de Registro da PHB no CRT-01 (nº 2095002/2025), documento oficial que lista o Sr. Márcio Pereira Junior como responsável técnico

Ocorre que a Recorrente não junta, em sua documentação, nenhum Atestado ou Certidão em nome do referido profissional. Todas as CAT's que foram juntadas, estão em nome do senhor Edmilson Xavier.

Do senhor Márcio, a Recorrente se limitou a juntar 03 (três) TRT's.

Frisa-se que a TRT não substitui o Atestado ou a Certidão. O **Termo de Responsabilidade Técnica – TRT**, é uma autodeclaração, registrada de forma unilateral, seu objetivo é unicamente vincular a responsabilidade do profissional a execução da obra/projeto.

A expedição de uma TRT não garante que aquele serviço/obra foi efetivamente prestado/finalizado. A finalização do serviço é confirmada pela Certidão e/ou pelo Atestado elaborado pelo Contratante. Ou seja, o Atestado/Certidão de Capacidade Técnica, obrigatoriamente sucede a ART/TRT.

Os itens 16.8.2. e 16.8.5 do Termo de Referência são claros ao exigirem que, para a comprovação da **qualificação técnico-profissional**, o licitante deverá apresentar Atestado e/ou Certidão de execução de serviço compatível com os termos do edital. Vejamos os itens:

**16.8.2.** Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, **detentor de atestado** de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

[...]

OU

16.8.2.2. Técnico em Mecânica, Técnico em Eletromecânica, Técnico Industrial em Refrigeração e Climatização e Técnico Industrial em Refrigeração e Ar-condicionado: serviço de manutenção corretiva em de ar condicionado.

[...]

**16.8.5.** Quanto à comprovação da capacitação técnico-profissional: apresentação de **Certidão** de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente ou da sede da licitante, nos termos da legislação aplicável, em nome dos responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução

dos serviços, compatíveis com as características do objeto da presente licitação e relativos às informações a seguir:

[...]

Não retam dúvidas de que o Edital exige Atestado e/ou Certidão com vinculação a ART / TRT par a qualificação técnico-profissional.

No mesmo sentido a nova Legislação Geral de Licitação (14.133/2021).

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, **detentor de atestado de responsabilidade técnica** por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

Portanto, não há dúvidas que, além da TRT, a Recorrida deveria ter carreado aos autos a Certidão e/ou Atestado que foi originada da respectiva TRT.

Em momento algum, o Edital e/ou a Lei, autorizam que uma ART/TRT substitua o Atestado e/ou Certidão. Convenientemente a Recorrente tenta substituir a exigência de Atestado/Certidão por TRT.



Não bastasse, absurda alegação, indica o senhor Márcio Pereira Junior como responsável técnico e apresenta (na qualificação técnico-profissional) Certidões do Senhor Edmilson Xavier de Sousa. Ou seja, tenta de forma explícita transferir a qualificação técnico-profissional de um para o outro.

Ao não juntar nenhuma Certidão e/ou Atestado em nome do senhor Márcio, a Recorrente não comprova a sua qualificação técnico-profissional para atuar no contrato em disputa, não atendendo assim **os itens 16.8.2. e 16.8.5 do Termo de Referência**, devendo a sua inabilitação ser mantida.

#### **IV- DOS PEDIDOS**

Nesse contexto **REQUER**:

- i- O **RECEBIMENTO** e o **PROCESSAMENTO** da presente peça, termos da Legislação Pátria;
- ii- A que o recurso interposto pela empresa **PHB COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA** seja improvido, nos termos supra;
- iii- A **JUNTADA DOS DOCUMENTOS** que a este acompanham;

Nestes termos, pede deferimento.

Catalão, Estado de Goiás, 13 de Outubro de 2025





ABRÃO, SILVA & SAMBRANA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**Luciano Rogério do Espírito Santo Abrão**  
OAB-GO n° 12.891

**Cesario de Aguiar Silva Oliveira**  
OAB-GO n° 55.178

**Lucas Sambrana dos Santos**  
OAB-GO n° 57.817

